

Trajetórias de professoras normalistas: A ‘prata da casa’ do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1930-1960)

Sonia Castro Lopes*
Patrícia Gurgel**

Resumo: Neste artigo, analisa-se a trajetória de três normalistas formadas pelo Instituto de Educação do Rio de Janeiro na década de 1930, as quais, após terem se titulado na Universidade do Distrito Federal e Faculdade Nacional de Filosofia, retornaram ao Instituto na condição de docentes, tornando-se catedráticas de disciplinas pedagógicas. A formação universitária e o acesso à carreira ocorreram durante o primeiro governo Vargas (1930-1945), nos marcos de uma política educacional excludente que limitava o acesso ao ensino superior exclusivamente aos egressos da escola secundária propedêutica. Alianças familiares e políticas, aderências a projetos educacionais, assim como brechas na legislação educacional, possibilitaram o acesso dessas normalistas aos cursos universitários, bem como sua ascensão ao cargo de catedráticas.

Palavras-chave: Instituto de Educação, normalistas, catedráticas do curso normal.

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora e atual coordenadora do Programa de Estudos e Documentação, Educação e Sociedade (Proedes/UFRJ). Atua na área de História da Educação e Educação brasileira. E-mail: sm.lopes@globocom.

** Mestre em Educação pela UFRJ e professora da rede municipal do Rio de Janeiro. Participante do PROEDES/UFRJ. E-mail: patriciagurgel87@gmail.com.

The professional trajectory of student-teachers: the home-grown talents of the Educational Institute of Rio de Janeiro (1930-1960)

Sonia Castro Lopes
Patrícia Gurgel

Abstract: The professional trajectory by three student-teachers who completed their teacher qualification program at the Instituto de Educação do Rio de Janeiro in the 1930s is analyzed. After graduating from the Universidade do Distrito Federal and the Faculdade Nacional de Filosofia, they returned 'home' and joined the Instituto as fully-qualified teachers. Their undergraduate studies and teaching career occurred under Vargas' first administration period (1930-1945), or rather, heavily shaped by a excluding system which restricted access to higher education to those who came from the propaedeutic secondary school. Family and political alliances, the adherence to educational projects and breaches in the educational legislation facilitated access to higher education and later to teaching positions as fully-qualified teachers.

Keywords: Instituto de Educação, student-teachers, fully-qualified teachers.

Trayectorias de maestras normalistas: la “prata da casa”¹ del Instituto De Educación de Rio de Janeiro (1930-1960)

Sonia Castro Lopes
Patrícia Gurgel

Resumen: Este artículo analiza la trayectoria de tres normalistas formadas por el Instituto de Educación de Rio de Janeiro en la década de 1930 que, después de obtener la titulación en la Universidad del Distrito Federal y en la Facultad Nacional de Filosofía, regresaron al Instituto, ahora en la condición de docentes, convirtiéndose en catedráticas de asignaturas pedagógicas. La formación universitaria y el acceso a la carrera ocurrieron durante el primer gobierno Vargas (1930-1945), en los hitos de una política educacional excluyente que limitaba el acceso a la enseñanza superior exclusivamente a los egresos de la escuela secundaria propedéutica. Alianzas familiares y políticas, adhesiones a proyectos educativos, así como las lagunas en la legislación educativa, posibilitaron el acceso de las normalistas a los cursos universitarios, así como su ascensión al cargo de catedráticas.

Palabras clave: Instituto de Educación, normalistas, catedráticas del curso normal

¹ Esta expresión caracteriza quién obtuvo formación o entrenamiento en la propia institución donde trabaja y que se destacó en función de su actuación profesional.

Introdução

O Instituto de Educação do Rio de Janeiro tem sido objeto de um número expressivo de estudos no campo da história da educação². Entretanto, a maioria concentra-se em aspectos relacionados à história institucional, em especial nos modelos de formação docente e nas práticas educativas ali desenvolvidas entre as décadas de 1930 e 1960 (Accácio, 1993; Vidal, 2001; Martins, 1996; Lopes, 2006). Estudos que focalizam especificamente os sujeitos envolvidos no processo educativo são menos comuns, destacando-se alguns trabalhos que priorizaram a identidade discente, como o de Villanova (2007), que traçou um perfil das normalistas dos anos 1940-50, e o de Accácio (2002), que analisou os concursos para provimento das cadeiras da Escola Normal do Distrito Federal realizados entre 1928 e 1930, antes, portanto, da reforma empreendida por Anísio Teixeira em 1932, na qual a escola foi transformada no Instituto de Educação.

Neste artigo, apresentam-se os resultados de uma investigação sobre o quadro docente do Instituto de Educação, tendo como objetivo analisar a trajetória de três normalistas formadas pela instituição na década de 1930, as quais, tendo obtido titulação na Universidade do Distrito Federal (UDF) e na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi/UB), retornaram ao referido instituto na condição de docentes, tornando-se catedráticas de disciplinas pedagógicas do curso normal.

A formação acadêmica dessas professoras e o consequente acesso à carreira do magistério ocorreram durante o primeiro governo Vargas (1930-1945), quando vigorava uma política educacional dualista e excludente que limitava o acesso ao ensino superior exclusivamente aos egressos da escola secundária de caráter propedêutico. No entanto, nesse mesmo tempo, as reformas efetuadas no curso de formação docente do Instituto de Educação e as brechas existentes na legislação educacional tornaram possível o ingresso de expressivo número de normalistas nos cursos de formação de professores da Universidade do Distrito Federal (UDF) e, após sua extinção em 1939, nos cursos da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi/UB).

² A partir de 1998 passou a se denominar Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ).

Assim, as formas de acesso - que ocorreram de forma diferenciada - e as estratégias utilizadas para iniciar a carreira como docentes do curso normal são também alvo da análise. A incorporação à instituição ocorria por convite a professoras oriundas de escolas primárias da rede municipal ou por designação de autoridades, caso em que se valiam, muitas vezes, das redes de sociabilidade em que estavam inseridas. Em geral, as professoras interinas regularizavam a situação funcional posteriormente, por meio de concursos, prática interrompida na década de 1930 e retomada no início dos anos de 1940.

As fontes documentais - leis, decretos, regulamentos, fichas de matrícula, registros de notas, históricos escolares, fichas funcionais e livros publicados pelas referidas docentes - foram obtidas no Centro de Memória do ISERJ e nos arquivos da Faculdade Nacional de Filosofia e da Universidade do Distrito Federal que estão sob a guarda do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES-UFRJ).

A geração de normalistas dos anos 1930

Os estudos sobre trajetórias e biografias (Dubar, 1998; Levi, 1996) constituem importantes aportes conceituais para reconstituir os percursos acadêmicos e profissionais das docentes aqui retratadas. Embora o gênero biográfico se encontre revitalizado em razão do advento das experiências no campo da história do cotidiano, das minorias e da cultura popular (Loriga, 2011), é preciso escapar da armadilha de pretender dotar a história de vida de uma linearidade que ela, efetivamente, não possui, conforme nos alerta Bourdieu (1996).

A perspectiva da micro-história, difundida especialmente pelos trabalhos de Levi (1996) e Revel (1998), sugere a possibilidade de se refletir sobre a rede de relações e processos de socialização do sujeito, a qual, desde a família e, passando pela formação escolar/acadêmica, favorece a inserção na carreira e o desenvolvimento das trajetórias profissionais.

O gosto pelo singular sobrevive nas análises historiográficas pelo recurso à ‘prosopografia’, espécie de ‘biografia coletiva’ que, segundo Levi (1996, p. 174), “[...] não é a de uma pessoa singular e sim de um indivíduo que concentra diversas características de determinado grupo”. Na visão de Stone (2011), a ‘prosopografia’ é uma forma de investigar as características comuns de um grupo de atores por meio de um estudo coletivo de suas vidas. A finalidade é “[...] estabelecer um universo a ser

estudado para se investigar um conjunto de ações uniformes a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais, posição econômica, educação, ocupação, experiência em cargos e assim por diante” (Stone, 2011, p. 2).

Optando por um estudo prosopográfico, selecionaram-se três protagonistas: Circe de Carvalho [Pio Borges], Irene de Albuquerque e Iva Waisberg [Bonow]³, as quais são consideradas como um conjunto representativo de uma categoria que denominamos ‘prata da casa’, já que suas características podem se estender a um coletivo maior. Evidentemente, não se podem desconsiderar as particularidades, ‘o pequeno x’, como observa Loriga (2011), que cumpre a função de relativizar a coerência e a linearidade das trajetórias descritas⁴. As aproximações referentes a origens sociais, formação, titulação, acesso à carreira e trajetória profissional pautaram as escolhas da pesquisa. O sentimento de pertencer a uma mesma geração, marcada pela memória comum em relação a determinados acontecimentos, e o fato de terem pertencido a uma faixa etária com forte identidade diferencial (Sirinelli, 1996) foram também determinantes. Além disso, pesou o maior ou menor grau de dificuldade na obtenção de fontes documentais que pudessem balizar as trajetórias estudadas.

Tomando por referência o ‘Anuário do Instituto de Educação’ publicado em 1968, contabilizaram-se oito catedráticos que apresentam perfil semelhante ao das docentes investigadas neste trabalho⁵. Dentre eles, havia apenas um professor, Geraldo Sampaio de Souza, aluno

³ Os sobrenomes Pio Borges e Bonow foram acrescentados após o matrimônio, já na década de 1940.

⁴ A expressão ‘o pequeno x’ é atribuída a Johann Gustav Droysen que, em 1863, escreve: “Se chamamos A o gênio individual, a saber, tudo o que um homem é, possui e faz, então este A é formado por $a + x$, em que a contém tudo o que lhe vem das circunstâncias externas, de seu país, de seu povo, de sua época, etc., e em que x representa sua contribuição pessoal, a obra de sua livre vontade” (Droysen, 1863 apud Loriga, 2011, p. 14).

⁵ Esse grupo é composto por Circe de Carvalho Pio Borges (Prática de Ensino), Déa Jansen (Metodologia da Linguagem), Irene de Albuquerque (Prática de Ensino), Helena Marques da Costa Blois (Estatística Educacional), Iva Waisberg Bonow (Psicologia Educacional), Haidée Sanches (Metodologia da Linguagem), Geraldo Sampaio de Souza (Metodologia das Ciências) e Josefa Rossi Magalhães (Filosofia da Educação).

normalista formado em 1934, com passagem pela UDF e FNFi, que lecionou Geografia na escola secundária e alcançou o posto de catedrático de curso normal na disciplina Metodologia das Ciências⁶.

Diferentes foram os processos de incorporação de docentes à instituição: algumas foram convidadas por terem se destacado na escola primária do próprio Instituto, outras designadas pelas autoridades educacionais, obedecendo a critérios nem sempre convencionais, contudo comuns na época, como as indicações por alianças e relações familiares ou políticas. Essa prática, destituída de qualquer legitimidade, acabou por se transformar em procedimento habitual nas décadas posteriores, sempre justificada pela administração pública como necessária diante da escassez de professores em relação à crescente demanda pelo curso. Vale ressaltar que muitos desses professores interinos obtiveram licenciatura em cursos superiores e tornaram-se efetivos por meio de concursos ou enquadramentos legais. Contudo, poucos conseguiam atingir a cátedra. Portanto, o que aqui se denomina ‘prata da casa’, nos limites do recorte temporal adotado pela pesquisa, é esse universo de oito professores que serão representados pelas três docentes escolhidas. Ainda que o estudo busque apreender a rede de relações em que se inserem, o que certamente contribui para a percepção do funcionamento das regras e normas sociais, não se negligencia o protagonismo e a excepcionalidade de suas trajetórias em uma conjuntura adversa, pois não era comum a jovens normalistas das décadas iniciais do século passado ingressar em cursos superiores e iniciar uma carreira promissora rumo à cátedra. Portanto, as trajetórias em foco constituem exceções, se comparadas à totalidade das professoras formadas na época, de forma que a análise desses casos lança luz sobre as margens do campo social em que tais trajetórias foram possíveis.

O recorte cronológico aqui considerado (1930-60) permite também refletir sobre a existência de um ‘programa institucional’ (Dubet, 2006) desenvolvido no interior da instituição escolar, responsável por um ‘modo de socialização’, um tipo de ‘relação com o outro’ capaz de inculcar regras e padrões normativos nos indivíduos que passam a assimilar hábitos característicos do seu grupo social. Nessa perspectiva, o ‘programa

⁶ Geraldo Sampaio de Souza formou-se no curso de Geografia na UDF, cursando, em seguida, a Seção de Didática da FNFi, que o habilitou para o concurso da cátedra de Metodologia da Ciências. Cf. Ficha funcional do professor (CEMI-ISERJ) e ficha de matrícula da FNFi (Arq. FNFi - Proedes/UFRJ).

institucional’ pode ser definido como “[...] o processo social que transforma valores e princípios em ação e em subjetividade por meio de um trabalho profissional, específico e organizado” (Dubet, 2006, p. 32). Segundo essa perspectiva teórica, os docentes vinculados a uma instituição detentora de um forte programa institucional, como o colégio em estudo, adotam uma forma de compromisso tão estreita que costumam se referir à categoria ‘vocação’ para justificar a adesão cega aos valores pregados pelo programa institucional do estabelecimento no qual desenvolvem suas atividades. Pela condição de ex-alunos, é possível que o grupo aqui destacado apresentasse maior grau de coesão e aderência ao projeto socializador do que as demais categorias que integravam o quadro docente da instituição pesquisada⁷.

A socialização operada nos indivíduos pela atividade profissional é também discutida por Dubar (2012), para quem trabalhar no campo da ‘sociologia das profissões’ implica pensá-las segundo o tripé organização do ‘trabalho – formação - carreira profissional’. O autor chama a atenção, ainda, para certas atividades que possuem conotação positiva - aquelas escolhidas pelas possibilidades de ascensão na carreira e de produção de serviços úteis a outros. É o caso dos professores cujo ofício contemplaria uma dimensão simbólica em termos de realização de si e de reconhecimento social que não se reduziria à troca econômica. Suas atividades dariam sentido à existência individual, já que eles poderiam ser identificados e reconhecidos pelo trabalho desempenhado, fator imprescindível para a construção da identidade profissional.

Estratégias de acesso à carreira: brechas legais e alianças pessoais

Durante as décadas focalizadas neste trabalho, o acesso à universidade era uma prerrogativa reservada aos jovens das elites. Às

⁷ Trabalhou-se, ao longo da pesquisa, com quatro categorias de professores nos limites do período proposto: ‘os autodidatas’, que ingressaram na instituição antes da criação das primeiras Faculdades de Filosofia no país, os professores que tiveram origem no curso normal do próprio Instituto, objeto deste artigo, os ‘notáveis ou inesquecíveis’, geralmente catedráticos de disciplinas de formação geral cujo ingresso se deu a partir dos anos 1950 e que ainda hoje são reverenciados pelas ex-alunas e os ‘assistentes’, que após alguns anos de exercício, tornavam-se efetivos (Lopes, 2012).

normalistas ou alunos dos cursos profissionalizantes esse acesso era legalmente negado. No caso do Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro) e especificamente em relação ao curso normal, em virtude das modificações promovidas pelas reformas elaboradas por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, por razões que explicaremos adiante, abriu-se uma oportunidade para que as alunas normalistas cursassem uma universidade.

Tradicionalmente ocupado por nomes de grande projeção intelectual, o cargo de professor catedrático era normalmente restrito a indivíduos que circulavam em meios acadêmicos, como a Academia Brasileira de Letras (ABL), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Associação Brasileira de Educação (ABE), ou que lecionavam em escolas secundárias prestigiadas, como o Colégio Pedro II, e, de modo geral, pertenciam ao sexo masculino⁸. Portanto, as trajetórias aqui descritas constituem exceção não apenas em relação ao percurso acadêmico, mas também em relação à ascensão obtida na carreira docente.

As brechas legais

Os anos de 1920-30 foram pródigos em reformas de ensino, especialmente no que se refere à formação docente. Para entender o quadro de mudanças que, operadas no nível institucional, favoreciam às normalistas o acesso à carreira universitária, antes negada pelo caráter profissional atribuído ao curso normal, é importante considerar as reformas efetuadas por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira no cenário do campo educacional do então Distrito Federal. Embora, neste artigo, se esteja referindo a essas duas, convém lembrar que o período se caracterizou por um conjunto de reformas de ensino entendidas como estratégias para atender aos interesses de governos estaduais, à medida que “[...] capitalizavam politicamente o apelo modernizador da intensa mobilização cívica em torno das campanhas de regeneração social pela educação” (Carvalho, 2000, p. 233). Tais reformas, protagonizadas por

⁸ Ainda que o tema seja instigante, não se pretende, nos limites deste trabalho, explorar a categoria gênero em termos de discussão teórica. Entendemos que questões de gênero são muito mais profundas do que apenas descrever diferenças entre homens e mulheres; entretanto, cabe citar alguns estudos que se dedicam a analisar como as experiências no magistério foram fortemente marcadas por tais questões. Ver a esse respeito os trabalhos de Demartini e Antunes (1993); Carvalho (2005) e Vidal e Carvalho (2001).

educadores ligados ao Movimento da Escola Nova, ocorreram também nos estados do Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia e São Paulo.

Na Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-30), ao propor uma nova organização para o curso de formação de professores por meio do Decreto nº 3.281/1928, Fernando de Azevedo reformulou a escola normal. Determinou a ampliação do curso de quatro para cinco anos, divididos em dois ciclos: ‘o geral’, de estudos propedêuticos, com três anos; e o ‘profissional’, de estudos pedagógicos, com dois anos de duração. Além disso, instituiu um ‘curso anexo’ de dois anos, anterior ao curso normal, cuja função seria complementar o curso primário dos aspirantes a normalistas, até então única exigência de escolaridade para ingresso no curso de formação de professores (Prefeitura do Distrito Federal, 1928).

Esse plano de estudos foi mantido até 1932, quando, pelo Decreto nº 3.810, a escola normal foi transformada em ‘instituto de educação’ (Prefeitura do Distrito Federal, 1932). Tal iniciativa deveu-se a Anísio Teixeira, que desenvolveu uma nova proposta de organização para os cursos daquela instituição, de acordo com os parâmetros do movimento da ‘Escola Nova’, divulgados no Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932, do qual ele foi um dos signatários.

Com essa reforma, o instituto de educação passou a se constituir de quatro escolas: escola de professores, escola secundária (com dois cursos: fundamental, com cinco anos de duração, e preparatório, com um ano), escola primária e jardim da infância. O curso normal, antes classificado como de formação profissional⁹, tornou-se de nível superior (escola de professores), a ser cursado após a escola secundária de seis anos.

Em 1935, o mesmo educador criou a Universidade do Distrito Federal (UDF), espaço de formação do magistério, tanto primário quanto secundário. A Escola de Professores do Instituto de Educação foi integrada à UDF, com a denominação de Escola de Educação, tornando-se o centro responsável pela formação de professores primários e pela ‘licença

⁹ O ensino pós-primário era dividido em escolas secundárias e escolas profissionalizantes. O curso de formação de professores, bem como os cursos intermediários do comércio e da indústria, se enquadrava nos profissionais. Aos alunos oriundos desses cursos era vedado o acesso à universidade (Cunha, 2007).

magistral¹⁰ dos professores secundários. Esse projeto, porém, foi fortemente criticado e desativado em 1939, quando seus cursos e alunos foram incorporados à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, exceto o ‘Curso de Formação de Professores Primários’ que permaneceu no Instituto de Educação, na modalidade normal, em nível secundário (Lopes, 2006, 2009).

Paralelamente a essas mudanças no âmbito da formação de professores, outra reforma foi efetuada no tocante ao ensino secundário, esta, de alcance nacional. Trata-se da reforma Francisco Campos, primeiro Ministro da Educação e Saúde do governo Vargas, que organizou o ensino secundário, estabelecendo para esse nível de ensino a duração de sete anos, divididos em ‘ciclo fundamental’ (cinco anos) e ‘ciclo complementar’ (dois anos). Essa estrutura reforçava o caráter dualista e elitizado da educação, uma vez que enfatizava as diferenças entre a formação profissionalizante e a função preparatória ao ensino superior (Brasil, 1931).

Segundo informa Cunha (2007), até a década de 1950, esse era o único curso pós-primário que preparava e habilitava os estudantes para o ingresso nos cursos superiores, diferenciando-se dos cursos profissionalizantes que, por apresentar ciclos de caráter prático com objetivo de suprir a necessidade do mercado de trabalho, não permitiam que os egressos prestassem os exames vestibulares¹¹.

Em termos de ensino superior, uma vez extinta a UDF, foi instituída a Faculdade Nacional de Filosofia, estabelecimento federal de ensino destinado à preparação do magistério secundário. Mantinha seu quadro organizacional disposto em quatro seções principais: Filosofia, Ciências, Letras, Pedagogia, além de uma seção especial de Didática. Todos os cursos tinham duração de três anos, com exceção de Didática que durava um ano (Brasil, 1939).

¹⁰ A licença magistral corresponde ao que hoje se denomina licenciatura. Os candidatos ao magistério do ensino secundário faziam cursos específicos nas diversas Escolas da UDF e a formação pedagógica na Escola de Educação.

¹¹ Alguns cursos profissionalizantes, desde a década de 1940, já permitiam o acesso aos cursos superiores, como foi o caso do curso normal que, em razão do decreto nº 8.195/1945, dava acesso às normalistas em cursos como pedagogia, história, geografia e letras. Apenas com a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 4.024/1961) todos os ramos do secundário foram equiparados para efeito de ingresso no ensino superior (Cunha, 2007).

Os candidatos deveriam apresentar, no ato da matrícula, entre outros documentos, o certificado de conclusão do curso secundário fundamental (1º ciclo), para o caso dos que concluíssem o curso até 1942¹². Aos/as concluintes depois dessa data seria exigido certificado de conclusão do curso secundário completo: fundamental e complementar (Brasil, 1939, art. 31). Após concluir os cursos nas seções de Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, obtinham o título de bacharéis; para receber o diploma de licenciados, deveriam cursar a seção de Didática, que também podia ser solicitada por alunos de outras instituições.

O Decreto-Lei nº 8.195/1945 alterou algumas disposições do decreto de criação da Faculdade Nacional de Filosofia. Entre elas, os critérios exigidos para a matrícula. Pelo novo decreto, eram dispensados do certificado de conclusão do segundo ciclo da escola secundária “[...] os professores normalistas com o curso regular de pelo menos seis anos e exercício magisterial na disciplina escolhida, para os [cursos] de pedagogia, letras, geografia e história” (Brasil, 1945).

Essa legislação permitiu aos alunos oriundos de cursos normais o ingresso em alguns cursos superiores. Porém, se atentarmos para o fato de que a Reforma Anísio Teixeira, ao criar o Instituto de Educação, passou a exigir que futuros professores cursassem seis anos de escola secundária antes da formação específica na Escola de Professores, fica evidente que as alunas normalistas do Distrito Federal podiam entrar na universidade desde o decreto de 1939, que exigia o certificado de conclusão apenas do curso secundário fundamental.

Da mesma forma, as condições para a inscrição no vestibular da Universidade do Distrito Federal, que antecedeu a FNFfi, também beneficiavam candidatos portadores do certificado de conclusão do primeiro ciclo da escola secundária (Prefeitura do Distrito Federal, 1935). Três anos depois, quando houve a reestruturação dessa universidade, o ingresso foi também facultado aos “[...] portadores de diploma de professor normalista reconhecido pelo Distrito Federal ou pelo estado que o tiver expedido” (Prefeitura do Distrito Federal, 1938, p. 5).

Os anos de implantação dessas mudanças foram vivenciados, em especial, por alunos oriundos do Instituto de Educação do Distrito Federal

¹² O dispositivo, inicialmente, conferia esse privilégio aos alunos que se formassem até 1940. Entretanto, sofreu alteração por meio do decreto nº 2.971 de 22/1/1941, que prorrogou o prazo até o ano de 1942, inclusive.

que puderam cursar estudos em nível superior, justamente por ter encontrado brechas na legislação proporcionadas por tais reformas.

Percursos de formação e redes de sociabilidade

Circe de Carvalho [Pio Borges] (1913- 2013)¹³ ingressou na Escola Normal do Distrito Federal em 1928, no mesmo ano da reorganização de estudos inspirada pela Reforma Fernando de Azevedo, quando o curso normal foi ampliado para cinco anos, e concluiu seus estudos em 1932, já no Instituto de Educação. Assim, seu percurso de formação foi marcado pela Reforma Azevedo (1928). Tendo cursado em 1931 o 1º ano do curso profissional de estudos pedagógicos, foi submetida a um curso intensivo de um semestre que incluía no currículo disciplinas do 2º ano, como Higiene, Princípios Gerais de Educação, Sistemas Públicos de Ensino, Sociologia Educacional, Organização de Classes, Técnicas de Ensino e Prática de Ensino¹⁴. Habilitada nos exames dessas disciplinas teve seu diploma expedido nos termos do Decreto nº 3.281/1928¹⁵.

Em 1938, em razão do disposto nas Instruções n. 21 a respeito da possibilidade de ingresso de professores normalistas nos cursos da UDF, matriculou-se no curso de Técnicos de Educação da Escola de Educação, que, após a reestruturação sofrida em 1938, passou a se denominar Faculdade de Educação. Quando a UDF foi extinta, acabara de ser promovida ao segundo ano de estudos e, assim, foi incorporada à Seção de Pedagogia da FNFi, bacharelando-se em 1940. Em 1941, matriculou-se no Curso de Didática no qual obteve o título de licenciada em Pedagogia¹⁶.

Antes mesmo da conclusão da licenciatura, ingressou no Instituto como professora interina do Curso Normal por designação do Secretário Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, Coronel José Pio Borges, com que se casaria pouco tempo depois¹⁷. No Livro de designações de

¹³ Nascida no Distrito Federal em 7 de junho de 1913, filha de Francisco de Carvalho e Hortência da Silva Carvalho, faleceu em 18 de julho de 2013 (Obituário, 2013).

¹⁴ Cf. disposto no artigo 72 do Decreto nº 3.810 de 19 de março de 1932.

¹⁵ Cf. Livro de registros discentes. Arquivo Centro de Memória ISERJ.

¹⁶ Cf. ficha de matrícula de Circe de Carvalho [Pio Borges]. Arquivo FNFi. Proedes/UFRJ.

¹⁷ A professora Circe de Carvalho casou-se com o Secretário de Educação do Distrito Federal, Coronel Pio Borges, em 1942. Na ocasião, contava 29 anos de idade e o Secretário 52, sendo viúvo e pai de cinco filhos. Do novo

funcionários do Instituto de Educação, datado de 1941 e localizado no arquivo do Centro de Memória do ISERJ (CEMI-ISERJ), lê-se:

O Secretário Geral de Educação e Cultura Resolve designar para ter exercício no Instituto de Educação, a professora interina de curso normal padrão 91, matrícula 3312, Circe de Carvalho. Distrito Federal, 5 de agosto de 1941. Pio Borges. Secretário Geral. Secretaria Geral de Educação e Cultura (Instituto de Educação, 1941a, p. 49 verso).

Até então, ela chefiava o Serviço de Correspondência do Departamento de Educação Técnico-Profissional, subordinada à Secretaria, e sua saída do cargo para compor o corpo docente da prestigiada instituição de ensino foi acompanhada de elogios do Secretário, que constam de sua ficha funcional, como vemos a seguir:

O Secretário Geral de Educação e Cultura, considerando a eficiência e a dedicação demonstradas pela professora de curso secundário, padrão 72- Circe de Carvalho – no exercício das funções de Chefe de Serviço de Correspondência do Departamento de Educação Técnico-Profissional, de que vem de ser exonerada a pedido, a fim de assumir outro cargo, Resolve elogiá-la pelo seu constante zelo, competência e proveitosa colaboração, determinando que o presente louvor conste de sua ficha funcional (Instituto de Educação, 1941a, p. 49 verso).

O ingresso no Instituto foi, de certa forma, facilitado por sua inserção nos círculos político-administrativos, como se pode depreender da documentação examinada. Dois anos depois, prestou concurso e foi efetivada como professora do Curso Normal na disciplina Prática de Ensino. Na verdade, o concurso foi para ‘História e Filosofia da Educação’, matéria que Circe de Carvalho [Pio Borges] ministrava desde sua entrada no Instituto, mas sua classificação no concurso não lhe permitiu ocupar a referida vaga e a solução encontrada foi alocá-la na Seção de Prática de Ensino. A insatisfação da professora evidencia-se

casamento, que terminou em 1958 com a morte do cônjuge, nasceram dois filhos: Maria Circe e José, ainda vivos. Informação prestada a uma das autoras, por telefone, pela filha da professora Circe, em 01 julho de 2013.

pelo recurso interposto à Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais do Gabinete do Ministério da Educação, que, entretanto, não recebeu acolhimento (Brasil, 1944).

Companheira da mesma geração, Iva Waisberg [Bonow] (1913-1996)¹⁸ iniciou seus estudos na Escola Normal em 1929, no primeiro ano do curso propedêutico, em plena vigência da reforma Fernando de Azevedo e, em 1932, passou pela adaptação do curso em razão da reforma Anísio Teixeira. Conforme o disposto no artigo n. 69 do Decreto nº 3.810/1932, “[...] os alunos que cursaram e foram promovidos do 3º ano propedêutico em 1931 poderiam terminar em 1932 o ciclo fundamental do ensino secundário e, simultaneamente, o ciclo complementar especializado para a admissão à Escola de Professores” (Prefeitura do Distrito Federal, 1932). Dessa forma, em 1933, ingressou na Escola de Professores onde faria os dois anos de especialização para se tornar professora primária¹⁹.

Aluna de Anísio Teixeira e Lourenço Filho, mestres dos quais se declarava seguidora, diplomou-se na primeira turma da Escola de Professores (1934), antes mesmo da incorporação dessa escola à UDF. Em entrevista concedida ao Projeto Memória ISERJ, sua colega de turma, Alda Gomes, fez questão de mencionar que Iva Waisberg [Bonow] era uma ‘aluna brilhante’, a despeito das limitações físicas, uma vez que fora acometida, na infância, por paralisia nos membros inferiores²⁰.

No ano seguinte (1935), ingressou na Universidade do Distrito Federal e formou-se pela Escola de Economia e Política na modalidade Sociologia²¹. Em auto depoimento, publicado no livro organizado por Carlos Monarcha, informou que, em fevereiro de 1938, colou grau com a única turma de professores secundários formada pela UDF. Em suas palavras: “[...] um título conquistado com muito esforço, após um curso universitário de três anos, sem férias nem folga e que valeram por mais de seis anos de uma escola superior tradicional” (Bonow, 2001, p. 260)²².

¹⁸ Nascida no DF em 7/9/1913 era filha de Carlos e Sarah Waisberg, de ascendência judia.

¹⁹ Cf. Livro de Registros Discentes. Arquivo Centro de Memória ISERJ.

²⁰ Conforme entrevista de Alda Gomes ao Projeto Memória ISERJ em 10 out. 2001.

²¹ Cf. Arquivo UDF- Proedes/UFRJ. Série Corpo Discente, pasta 1-16.

²² Esse depoimento foi prestado por Iva Waisberg Bonow em 1980 à Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro por ocasião das comemorações do

De posse do diploma da UDF, a professora passou a exercer o magistério secundário, inclusive no Colégio Pedro II, no qual lecionou Sociologia na qualidade de docente complementar²³. Para obter sua titulação como licenciada, em face das novas exigências do Ministério da Educação, solicitou, em 1942, inscrição em disciplina isolada na Faculdade Nacional de Filosofia e prestou prova de Didática Geral e Especial, habilitando-se legalmente ao exercício docente no ensino secundário²⁴.

Talvez por sua articulação mais estreita com pessoas ligadas ao Movimento da Escola Nova, já afastados dos círculos de poder, não foi beneficiada pelo processo de recrutamento para o Instituto, ainda que sob a forma de professora interina do Curso Normal, como ocorreu com a colega Circe de Carvalho [Pio Borges]. Ingressou nessa instituição por meio de concurso em 1943. Apesar da formação na área de Sociologia, concorreu à vaga de Psicologia Educacional, disciplina pela qual foi responsável durante o tempo de permanência na instituição (1943-1966)²⁵. O fato pode ser considerado uma tática da docente para ingressar efetivamente na carreira em uma instituição de prestígio, uma vez que, a partir dos anos de 1940, a cadeira de Sociologia perdeu espaço na grade curricular do curso de formação de professores, em detrimento da Psicologia Educacional que se manteve cada vez mais prestigiada (Lopes, 2006).

Seu comprometimento com o ideário do Movimento da Educação Nova foi demonstrado em um de seus discursos, proferido em 1945, por ocasião da homenagem realizada no Instituto de Educação ao professor Fernando de Azevedo. Naquela ocasião, aludiu ao silêncio imposto às experiências dos ‘Pioneiros’ naquela instituição durante o autoritário

centenário de instalação da Escola Normal da Corte, criada em 1880 no Rio de Janeiro e da qual o Instituto de Educação é o sucessor.

²³ A categoria ‘docente complementar’ dizia respeito a professores ‘estranhos’ ao quadro, sem vínculo efetivo, contratados para contornar dificuldades, como a falta de docentes em face do aumento do número de turmas do Colégio. Ver a respeito Soares (2014).

²⁴ Ficha de matrícula de Iva Waisberg como aluna de disciplina isolada na Seção de Didática. Arquivo FNFI - Proedes-UFRJ. Série Corpo Discente - Pedagogia.

²⁵ Designação da professora Iva Waisberg para exercício na Escola de Educação do Instituto de Educação, datada de 01 de março de 1943 e assinada pelo Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal, Coronel Jonas Correia (Instituto de Educação, 1941-1944, p. 120).

período do Estado Novo, descrevendo-se como representante de uma geração diretamente influenciada pelo ‘Movimento de Educação Nova’ (Bonow, 1945). Referindo-se à ‘década sombria’ que se acabava de viver, perturbada pelo ‘fascismo internacional e nacional’, lamentou a destruição da obra “[...] sinceramente democrática iniciada em 1927 no Distrito Federal com Fernando de Azevedo e continuada por Anísio Teixeira” (Bonow, 1945, p. 93). Concluiu, assumindo o compromisso com a continuação da obra: “Nós nos espelhamos na alma dos nossos mestres e eles se perpetuarão através de cada um de nós” (Bonow, 1945, p. 94).

Diferentemente das companheiras que ingressaram na escola normal no primeiro ano de estudos propedêuticos, Irene de Albuquerque (1915-1999)²⁶ iniciou sua formação em 1928 no curso Complementar Anexo (curso de dois anos que complementava a escola primária)²⁷ e somente em 1930 ingressou no Curso Normal. Sofrendo a interferência da reforma de 1932, cursou nesse ano a quinta série da escola secundária, em 1933, a sexta série (complementar) e, em 1934, ingressou na Escola de Professores, onde concluiu os estudos no ano seguinte²⁸. Seu diploma foi expedido pela Escola de Educação da UDF, criada em abril de 1935.

Em 1937, ingressou na Escola de Economia e Política da UDF (curso de Geografia) e, em 1939, transferiu-se para o terceiro ano do curso de Geografia e História da Faculdade Nacional de Filosofia.²⁹ Para efeito de adaptação de estudos, cursou disciplinas na área de História, já que sua

²⁶ Irene de Albuquerque nasceu no DF em 30 de outubro de 1915 e veio a falecer em 1999, segundo informação da ex-aluna Zilá Enéas oferecida a uma das autoras deste artigo. Era filha de José Costa Reis Vinhal e Laura Montenegro Barbosa Vinhal. Cf. ficha de matrícula da FNFi - Proedes/UFRJ.

²⁷ O curso primário, com duração de cinco anos foi considerado insatisfatório, nos termos da Reforma de 1928, para o ingresso no curso normal. Assim, a Escola Normal passou a oferecer o curso Anexo Complementar de dois anos para candidatas ao curso normal que só apresentassem cinco anos de estudos em escolas da rede pública (Prefeitura do Distrito Federal, 1928).

²⁸ Adaptação de estudos segundo o artigo 68 do decreto nº 3.810, de 19 de março de 1932. De acordo com o *Livro de registros discentes* obtido no CEMI-ISERJ.

²⁹ Nas observações de sua ficha de matrícula na FNFi lê-se: Transferida em 1939 da UDF para a 3ª série desta faculdade de acordo com o Decreto Lei nº 1.063 de 20/01/1939 e o despacho exarado no processo nº 26555-27453/39 pelo Sr. Ministro da Educação e Saúde. Arquivo FNFi - Proedes-UFRJ. Série Corpo Discente.

formação inicial tinha sido apenas em Geografia, e, em 1940, matriculou-se na Seção de Didática, onde obteve licenciatura.

Em 1943, concorreu à cadeira de Prática de Ensino, disciplina, aliás, que oferecia mais vagas por ter carga horária superior à das disciplinas teóricas. A escassez de professores de Prática de Ensino justificava-se, pois somente em 1939 foram criadas as Seções de Pedagogia e de Didática na Faculdade Nacional de Filosofia, cuja conclusão habilitava docentes para lecionar disciplinas pedagógicas no curso normal. A consulta à relação de concluintes da primeira turma de Pedagogia da FNFi (1942) revelou que apenas oito alunos concluíram o curso de Pedagogia e, destes, apenas quatro se matricularam na Seção de Didática, condição essencial para o exercício do magistério³⁰.

Formada no curso de Geografia e História, a passagem pela Seção de Didática e sua experiência como professora primária da rede pública municipal habilitaram Irene de Albuquerque para o concurso da cadeira de Prática de Ensino (Prefeitura do Distrito Federal, 1942).

Trajetórias profissionais

Após longo período sem concurso para a ocupação das cátedras no Instituto de Educação, a prática foi retomada por meio da Resolução nº 12, de 31 de março de 1947³¹. O edital do concurso previsto por essa Resolução exigia dos candidatos o diploma de licenciado expedido por faculdade de filosofia oficial ou equiparada ou por faculdade congênere estrangeira, desde que devidamente revalidado (art. 28, inc. IV). Além disso, solicitava documentação atestando exercício efetivo, durante cinco anos no mínimo, como professor da matéria ou como professor primário,

³⁰ Relação de concluintes do Curso de Pedagogia. Arquivo FNFi - Proedes/UFRJ. Série Corpo Discente.

³¹ Na verdade, as provas para catedráticos aconteceram especialmente entre 1928 e 1930, durante a gestão de Fernando de Azevedo. Com a reforma Anísio Teixeira, houve mudanças na estruturação do corpo docente, que passou a ser formado por professores-chefes e assistentes, contratados pelo Diretor da Instrução, por proposta do Diretor do Instituto. Para a seção de Prática de Ensino, o Diretor da Instrução deveria designar professores primários ou especializados, em número correspondente ao das necessidades de ensino. Cf. Decreto nº 3.810, de 19 de março de 1932, art. 51, § único.

no caso das cadeiras de Didática e Metodologia, em estabelecimentos de ensino público oficial (art. 28, inc. V).

Foram abertas 51 vagas para o preenchimento de cargos de professores catedráticos³² efetivos do curso normal, sendo 26 para disciplinas de formação geral e 25 para as disciplinas pedagógicas. Havia três vagas para Psicologia Educacional e quatro para Prática de Ensino. No primeiro concurso, as três foram aprovadas, tornando-se catedráticas: Iva Waisberg [Bonow] em Psicologia; Circe de Carvalho [Pio Borges] e Irene de Albuquerque em Prática de Ensino³³.

Em depoimento concedido à ex-aluna Zilá Enéas³⁴, Circe de Carvalho [Pio Borges], lembrando suas atividades, explicou que, nos primeiros anos do Instituto de Educação, ainda na década de 1930, os professores de Prática de Ensino eram “[...] selecionados dentre aqueles que desempenhavam com brilhantismo suas funções de regentes de classe nas escolas experimentais, especialmente no Grupo Escolar do Instituto de Educação” (Pio Borges, 1993 apud Eneas, 1998, p. 187).

Entretanto, a partir da década seguinte, passaram a ser exigidas a habilitação específica em curso superior (é de 1942 a primeira turma de formandos da Faculdade Nacional de Filosofia) e a aprovação em concurso público. Informações a respeito da dinâmica da disciplina também são extraídas desse depoimento.

³² A cátedra constituía o posto mais alto na hierarquia da instituição. Chegava-se a ela por concurso de provas (escrita, de tese e didática) e títulos. Desde a criação do Instituto de Educação (1932) até 1947, não houve concursos para catedráticos, prática comum na Escola Normal do Distrito Federal, instituição que o antecedeu. Os concursos transcorreram entre 1947 e 1965, quando o cargo foi extinto. Além das aulas, da elaboração e da supervisão dos programas de ensino, os catedráticos eram os únicos a ter acento na Congregação do Instituto. Cf. Anuário do Instituto de Educação (1968).

³³ A nomeação para o cargo de professor catedrático padrão M das três professoras encontra-se registrada no *Livro de designações...* (1944-1947, p. 194), assinadas pelo Secretário Geral de Educação e Cultura, Fioravante Piero.

³⁴ Zilá Enéas foi aluna do Instituto de Educação na década de 1940, tendo se diplomado em 1948. Em 1998, publicou a primeira edição do livro *Era uma vez no Instituto de Educação*, que contém entrevistas realizadas em 1993 com diversos professores, dentre os quais Circe de Carvalho [Pio Borges] e Irene de Albuquerque. Cf. Eneas (1998).

[...] Nessa altura, o curso de Prática de Ensino já compreendia uma parte teórica e outra prática. Na primeira, os alunos recebiam noções gerais de didática e informações sobre a estrutura e a dinâmica do ensino primário, com destaque para os métodos e processos de ensino, e o suporte da bibliografia atualizada. A parte prática abrangia atividades desenvolvidas progressivamente em classes da escola primária do I.E. e de escolas da rede pública, observada a seguinte seqüência: observação/co-participação/participação/direção. Existia constante preocupação em integrar a Prática de Ensino com as demais áreas do currículo, notadamente com as Metodologias específicas [...] a carga horária semanal mais extensa do que as demais disciplinas e a própria natureza das atividades desenvolvidas propiciavam um maior entrosamento dos alunos com os professores de Prática (Pio Borges, 1993 apud Eneas, 1998, p. 188).

Após tornar-se catedrática, essa professora se dedicou à coordenação e à direção dos Cursos de Extensão e Aperfeiçoamento (CEA) criados no Instituto com o objetivo de cuidar da formação continuada do magistério do Rio de Janeiro. Além dessa finalidade, os cursos se destinavam à formação dos primeiros especialistas em educação: diretores de escola, orientadores e técnicos educacionais, tarefas que depois foram assumidas pelos cursos de Pedagogia das Faculdades de Educação, especialmente após o Parecer 252/1969 emitido pelo Conselho Federal e Educação (Estado da Guanabara, 1968).

Em 1956, foi autorizada a se afastar do país, sem prejuízo de vencimentos e tempo de serviço, para realizar cursos de aperfeiçoamento do magistério na França³⁵. Durante a década seguinte, participou de inúmeras comissões para verificar as condições e autorizar o credenciamento de cursos normais em diversos colégios particulares do então Estado da Guanabara. Em 1965, participou da criação do Curso de Formação de Professores para o Ensino Normal (CFPEN), curso em nível superior que funcionou até 1976 nas dependências do Instituto de Educação³⁶, cujas atividades foram comprometidas pela Reforma

³⁵ Portaria publicada no D.O. de 12/6/1956. Cf. Ficha funcional de Circe Carvalho Pio Borges. Centro de Memória ISERJ.

³⁶ O CFPEN foi implementado no IIEGB a partir do Decreto nº 381, de 02 de abril de 1965, e regulado pela Portaria 'F'-SED nº 26, de 20 de junho de 1965 do Conselho Estadual de Educação da Guanabara (Estado da

Universitária (Lei 5.540/1968) e pelos sucessivos pareceres do CFE que indicaram a preferência das Faculdades de Educação para manter cursos dessa natureza.

Nomeada coordenadora da modalidade Prática de Ensino no CFPEN (1966), aposentou-se em 1967, mas permaneceu no exercício de função gratificada como diretora dos Cursos de Extensão e Aperfeiçoamento até 1975, quando se afastou definitivamente do serviço público. A longa carreira trilhada por Circe Carvalho [Pio Borges] no Instituto de Educação (34 anos de efetivo exercício), bem como o prestígio que sempre desfrutou na instituição (há no prédio uma sala em sua homenagem) expressam o alto capital social³⁷ de que dispunha. O casamento com o Coronel Pio Borges, Secretário de Educação (1940-1942) durante a administração Henrique Dodsworth, em pleno Estado Novo, não apenas facilitou seu acesso ao magistério do curso normal, como já mencionado, como também lhe conferiu prestígio. Marcas dessa distinção podem ser evidenciadas pelos importantes cargos que ocupou, recebendo gratificações que foram incorporadas aos proventos de professora aposentada.³⁸

Respondendo pela cátedra de Psicologia, a professora Iva Waisberg [Bonow] supervisionou o projeto realizado pela professora Maria Violeta Villas Boas³⁹ no final da década de 1940 para desenvolver um estudo

Guanabara, 1965a). A criação desse curso fundamentou-se na LDB 4.024 de 1961 que, em seu artigo 59, parágrafo único, facultou aos Institutos de Educação a formação de professores para o curso normal em matérias pedagógicas e nos moldes dos cursos pedagógicos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (Estado da Guanabara. Instituto de Educação, 1965b).

³⁷ A categoria 'capital social', aqui utilizada, baseia-se na concepção de Bourdieu, que define capital social como um conjunto de recursos potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou a um grupo por meio de ligações permanentes e úteis. O volume de capital social que um indivíduo possui depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. Cf. Nogueira e Catani (2001).

³⁸ Informações prestadas por sua filha, Maria Circe Pio Borges, pelo telefone, a uma das autoras em 01 julho de 2013.

³⁹ Maria Violeta Villas Boas foi colega de turma de Iva Waisberg, tanto no Instituto (1934) quanto na primeira turma de Sociologia da UDF (1938). Trabalhou no Instituto de Educação e na Faculdade de Educação-UERJ.

análítico das crianças do Grupo Escolar do Instituto de Educação. Tal estudo consistiu em levantamento de dados de ordem pessoal; observação de seu comportamento em várias situações familiares, de estudo e lazer; entrevistas com os alunos, responsáveis e professores tendo em vista familiarizar as professorandas com a criança em idade escolar. Em outra pesquisa, realizada nos anos de 1950, procurou traçar o perfil do alunado do curso normal por meio de um exame da situação socioeconômica e cultural da família, das condições pessoais e escolares e dos reflexos em seu desenvolvimento e aprendizagem.

As investigações, algumas publicadas no Anuário ‘Arquivos do Instituto de Educação’, revelam o espírito dos estudos realizados no campo educacional no contexto dos anos 1950. Sob o influxo das pesquisas desenvolvidas nos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais⁴⁰, os professores foram influenciados a observar e a desenvolver reflexões no sentido de “[...] ver claro e raciocinar sobre as realidades” (Corrêa, 1988, p. 16), sendo da responsabilidade dos educadores a iniciação dos alunos em trabalhos de campo, articulando antropologia à educação. Ainda segundo Corrêa (1988), foi na década de 1950 que redes de educadores e cientistas sociais começaram a ser criadas, destacando-se aí os antropólogos que participavam ativamente de articulações políticas para a resolução de problemas nacionais.

Extremamente crítica em relação ao currículo imposto pela Lei Orgânica do Ensino Normal, Iva Waisberg [Bonow] registrou sua opinião no discurso que proferiu por ocasião da formatura da turma de 1949, ao lembrar, com nostalgia, o seu tempo de aluna e o convívio com os mestres de quem se dizia ‘seguidora’, no caso, os educadores articulados ao Movimento da Escola Nova. Nessa ocasião, informou às novas professoras que “[...] toda uma experiência positiva fora encerrada e silenciada para que aquela pudesse vigorar” (Bonow, 1950, p. 70).

Permanecendo na instituição até a década de 1960, coordenou vários cursos de especialização para supervisores e diretores de estabelecimentos de ensino médio na tentativa de suprir a carência detectada no sistema

Conforme depoimento da professora Marion Villas Boas Sá Rego, enteada da professora Maria Violeta Villas Boas ao Projeto Memória ISERJ em 31 out. 2001.

⁴⁰ A respeito, ver pesquisa de Xavier (1999) sobre os Centros Brasileiros de Pesquisas Educacionais e a atuação de Anísio Teixeira nesse projeto.

escolar. Esses cursos tiveram caráter pioneiro e, só mais tarde, as faculdades de educação passaram a formar, especificamente, profissionais para exercer tais funções (Villas Boas, Sarahyba & Lima, 1994).

Na condição de catedrática, colaborou na elaboração do projeto do Curso de Formação de Professores de Ensino Normal (CFPEN), sendo sua primeira diretora, função que ocupou até maio de 1966, quando se afastou por aposentadoria.

Publicou diversos livros sobre Psicologia Educacional, os quais circularam em cursos de formação de professores em âmbito nacional, dentre os quais *Manual de trabalhos práticos de Psicologia Educacional* (1966); *Psicologia Educacional* (1960) e *Elementos de Psicologia*, o de maior repercussão com 15 edições entre 1954 e 1975.

A terceira protagonista deste estudo, Irene de Albuquerque, retornou ao Instituto de Educação como docente do Curso Normal em 1943 graças ao registro obtido no Ministério da Educação após a conclusão da licenciatura em Geografia e História na FNFi⁴¹. No entanto, fez concurso para Prática de Ensino e, alguns anos depois, por concurso, tornou-se catedrática da mesma disciplina. Segundo depoimento publicado no livro da ex-aluna Zilá Enéas, não havia naquela época qualquer literatura especializada a respeito de Prática de Ensino; por essa razão, as professoras “[...] valiam-se da tradição, da própria experiência e das bases científicas da educação” (Albuquerque, 1993 apud Eneas, 1998, p. 190).

Esgotadas as possibilidades de aprendizagem no país, após visita a vários centros de formação docente e participação em diversos congressos Brasil a fora, candidatou-se e obteve uma bolsa de estudos na Universidade de Colúmbia, onde, durante o ano de 1946 e primeiro trimestre de 1947, cursou o mestrado em educação no Teacher’s College. Regressando ao Brasil em abril de 1947, prestou concurso para catedrática, obtendo a primeira colocação.

No contexto de restauração democrática, o interesse governamental pela formação e pelo aperfeiçoamento de professores manifestou-se de forma vigorosa, tendo em vista que, a partir de 1947, o Ministério da Educação passou a oferecer bolsas de estudo para aperfeiçoamento de professores e administradores escolares por intermédio do INEP. Especialmente durante as décadas de 1950-60, o educador Anísio Teixeira

⁴¹ Cf. Ficha funcional de Irene de Albuquerque obtida no Centro de Memória do ISERJ.

esteve à frente desse órgão, no qual foram desenvolvidas pesquisas a respeito das condições socioeconômicas e culturais do país, com o objetivo de oferecer uma melhor formação ao professor e possibilitar a introdução de uma maneira inovadora de educar.

Coordenadora de Prática de Ensino, em 1953, Irene de Albuquerque viajou novamente aos Estados Unidos da América do Norte para registrar observações sobre os métodos de trabalho e o material didático e, ao retornar, desenvolveu uma das mais ricas experiências no campo da prática de ensino. Ao constatar a limitação dos estágios discentes nas 'escolas-modelo', propôs que as futuras professoras compreendessem que um bom trabalho educativo não existia apenas nos grandes centros, onde normalmente eram realizados os estágios, mas poderia frutificar também na periferia e na zona rural. Por sua iniciativa, os estágios estenderam-se a essas áreas mais afastadas e, dessa maneira, as futuras professoras se familiarizavam com a realidade que encontrariam no início de suas trajetórias e que, muitas vezes, ocasionava o abandono precoce da carreira.

Seu processo de desligamento oficial da instituição deu-se no ano de 1965, com a aposentadoria. Em termos de publicações, produziu, em parceria com Circe Pio Borges, *Didática do ensino primário* (1954), livro bastante utilizado nas escolas normais e que, em 1960, já havia atingido sete edições⁴².

Considerações finais

Por meio da análise do *corpus* documental analisado, a pesquisa tinha como objetivo compreender, em um primeiro momento, as possibilidades de acesso de três jovens normalistas ao ensino superior ao longo dos anos de 1930, tendo em vista as brechas encontradas na legislação de ensino da época, especialmente no que se refere às reformas empreendidas no curso de formação de professores e nos regulamentos das universidades recém-instaladas no Rio de Janeiro. Em um segundo momento, o objetivo foi explorar as trajetórias das três protagonistas, desde a qualificação nos meios universitários até o ingresso na instituição que as formou e onde alcançaram o posto de catedráticas.

Nessa perspectiva, foi possível inferir que as mudanças vivenciadas pelas jovens normalistas favoreceram a superação das barreiras de

⁴² Este foi o exemplar encontrado na Biblioteca do ISERJ.

formação e propiciaram experiências que permitiram traçar trajetórias profissionais diversas das tradicionalmente reservadas às mulheres. As estratégias de que lançaram mão, como as redes familiares e políticas, ou as brechas na legislação educacional, foram analisadas como fatores capazes de permitir a construção de uma carreira acadêmica, ainda que no interior de um espaço limitado de possibilidades.

Na qualidade de alunas da primeira instituição responsável pela formação de docentes para atuar em cursos de formação de professores (o curso de pedagogia da FNF*i*), as docentes aqui retratadas reforçaram a configuração do campo das disciplinas pedagógicas como produtoras de um saber específico e legítimo no âmbito das escolas normais e das licenciaturas que passaram a formar professores para o ensino secundário. Até o ano de 1943, quando efetivamente assumiram a docência no Instituto de Educação, essa função era ocupada exclusivamente por professoras primárias recrutadas entre as mais experientes na rede pública municipal, como afirmou Circe de Carvalho [Pio Borges] em seu depoimento a Zilá Enéas.

A titulação universitária, os cursos frequentados, alguns no exterior, as experiências compartilhadas no interior da instituição, bem como os livros produzidos – quase todos com grande impacto nos cursos de formação de professores – conferiram autoridade às nossas protagonistas em um campo de conhecimento no qual se tornaram referência para diversas gerações de alunos.

De modo geral, egressas das camadas médias da sociedade e portadoras de um capital social razoável, a formação obtida no meio acadêmico, o sucesso na carreira escolhida, bem como as redes de sociabilidade às quais se articularam, foram fatores que ampliaram as possibilidades de ascensão social. O vínculo estreito que nutriam com o Instituto de Educação, casa que as formou e onde projetaram suas carreiras, é visível nas declarações e depoimentos concedidos às ex-alunas e às revistas institucionais. Produtos de uma determinada época, as marcas identitárias e o *ethos* profissional dessas educadoras foram sendo progressivamente forjados pelo programa institucional de caráter socializador a que foram submetidas, primeiro como alunas e depois como docentes (Dubet, 2006).

Cabe ainda ressaltar que este estudo deve ser entendido como uma tentativa de compreender as trajetórias por meio da reconstrução do campo onde elas se desenrolaram, levando em conta o conjunto das relações que

unem os biografados a outros personagens envolvidos no mesmo espaço/tempo e em projetos semelhantes. Essa reconstrução da ‘superfície social’ em que o agente se encontra é que possibilita entendê-lo como indivíduo ao mesmo tempo singular e coletivo, na medida em que suas trajetórias envolvem deliberações e escolhas a partir de um quadro sociocultural e de um campo de possibilidades muitas vezes limitado.

Referências

- Accacio, L. (1993). Instituto de educação do Rio de Janeiro: a história da formação do professor primário (1927-1937) (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, UFRJ, Rio de Janeiro.
- Accacio, L. (2002). Docentes e catedráticos: os concursos para professor da Escola Normal do Distrito Federal (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação, USP, São Paulo.
- Albuquerque, I., Pio Borges, C. C., Coelho, H. G., & Queiroz, B. B. (1954). Didática do ensino primário. Rio de Janeiro, RJ: Conquista.
- Bonow, I. W. (1945). Homenagem a Fernando de Azevedo. Arquivos do Instituto de Educação, II(4), 83-101.
- Bonow, I. W. (1950). Discurso paraninfando as professorandas do Instituto de Educação. Arquivos do Instituto de Educação, II(3), 66-73.
- Bonow, I. W. (1954). Elementos de psicologia. São Paulo, SP: Melhoramentos.
- Bonow, I. W. (1960) Psicologia educacional. Rio de Janeiro, SP: J. Ozon.
- Bonow, I. W. (Coord.). (1966). Manual de trabalhos práticos de psicologia educacional (Série Atualidades Pedagógicas, Vol. 87). São Paulo, SP: Editora Nacional.
- Bonow, I. W. (2001). Anísio Teixeira e o Instituto de Educação. In C. Monarcha (Org.). Anísio Teixeira: a obra de uma vida (p. 255-264). Rio de Janeiro, RJ: DP&A.

- Bourdieu, P. (1996). A ilusão biográfica. In M. Ferreira, J. Amado. Usos e abusos da história oral (p. 183-192). Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Brasil. (1931, 01 de maio). Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre o ensino secundário. Diário Oficial, p. 6945.
- Brasil. (1939, 06 de abril). Decreto-Lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Diário Oficial da União, seção 1, p. 7929.
- Brasil. (1945, 22 de novembro). Decreto-Lei nº 8.195, de 20 de novembro de 1945. Dispõe sobre alterações do Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. Diário Oficial da União, seção 1, p. 17749.
- Brasil. Câmara do Deputados. (1961, 27 de dezembro). Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, seção 1, p. 11429.
- Brasil. Ministério da Educação. (1941). Decreto-Lei nº 2.971, de 22 de janeiro de 1941. Prorroga o prazo estabelecido na alínea a, do artigo 31, do Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. CLBR.
- Brasil. Presidência da República. (1968, 03 de dezembro). Lei nº 5.540, de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União.
- Carvalho, M. C. (2000). Reformas da Instrução Pública. In: E. M. T. Lopes, L. Faria Filho, & C. G. Veiga (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil (2a ed., p. 225-254). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Carvalho, M. P. (2005). Gênero na análise sociológica do trabalho docente: um palco de imagens. In: A. M. C. Peixoto, & M. Passos (Orgs.). A escola e seus atores: educação e profissão docente (p. 89-114). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Corrêa, M. (1988). A revolução dos normalistas. Cadernos de Pesquisa, (66), 13-24.

- Cunha, L. A. (2007). *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à Era Vargas* (3a ed.). São Paulo, SP: Unesp.
- Demartini, Z., & Antunes, F. F. (1993). *Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina*. *Cadernos de Pesquisa*, (86), 5-14.
- Dubar, C. (2012). *A construção de si pela atividade do trabalho: a socialização profissional*. *Cadernos de Pesquisa*, 42(146), 351-367.
- Dubar, C. (1998). *Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos*. *Educação & Sociedade*, 19(62), 13-30.
- Dubet, F. (2006). *El declive de La institución: profesores, sujetos e individuos ante la reforma del Estado* (Luciano Padilha, trad.). Barcelona, ES: Gedisa.
- Eneas, Z. S. (1998). *Era uma vez no Instituto de Educação*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. do Autor.
- Estado da Guanabara. (1965a). *Decreto nº 381, de 02 de abril de 1965. Dispõe sobre a implementação do Curso de Formação de Professores de Ensino Normal no Instituto de Educação do Estado da Guanabara*.
- Estado da Guanabara. Instituto de Educação. (1965b). *Curso de formação de professores para o ensino normal*. Mimeografado.
- Estado da Guanabara. (1968). *Anuário do Instituto de Educação*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Gernasa.
- Instituto de Educação. (1941, 06 de agosto). *Livro de designações de funcionários do Instituto de Educação*. Arquivo do Centro de Memória do ISERJ (CEMI-ISERJ).
- Instituto de Educação. (1941, 07 de agosto). *Livro de designações de funcionários do Instituto de Educação*. Arquivo do Centro de Memória do ISERJ (CEMI-ISERJ).
- Instituto de Educação. (1944-1947). *Livro de designações de funcionários do Instituto de Educação* (p. 194). Assinadas pelo Secretário Geral de

- Educação e Cultura, Fioravante Piero. Centro de Memória ISERJ (CEMI-ISERJ).
- Levi, G. (1996). Usos da biografia. In: M. Ferreira, & J. Amado (Orgs.). Usos e abusos da história oral (p. 167-182). Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Lopes, S. C. (2006). Oficina de mestres: história, memória e silêncio sobre a Escola de professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: DP&A/Faperj.
- Lopes, S. C. (2009). Formação de professores no Rio de Janeiro durante o Estado Novo. Cadernos de Pesquisa, 39(137), 597-619.
- Lopes, S. C. (2012). Quem ensina a ensinar? Um estudo sobre o corpo docente do Instituto de Educação do Rio de Janeiro nas décadas de 1950-60. In Atas do 9º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (p. 121-130). Lisboa, PT.
- Loriga, S. (2011). O pequeno X: da biografia à história (Fernando Scheibe, trad.). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Martins, A. S. (1996). Dos anos dourados aos anos de zinco: análise histórico-cultural da formação do educador no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação, UFRJ, Rio de Janeiro.
- Nogueira, M. A.; Catani, A. (2001). Pierre Bourdieu: escritos de educação (3a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Obituário. (2013, 20 de julho). O Globo.
- Prefeitura do Distrito Federal. (1928). Decreto nº 3.281, de 23 de janeiro de 1928. Reforma do ensino no Distrito Federal.
- Prefeitura do Distrito Federal. (1932). Decreto nº 3.810, de 19 de março de 1932. Transforma em Instituto de Educação a antiga Escola Normal e estabelecimentos anexos.

- Prefeitura do Distrito Federal. (1935). Instrução nº 1, baixada em 12 de junho de 1935. Rio de Janeiro, RJ: Oficinas Graphicas do Jornal do Brasil.
- Prefeitura do Distrito Federal. (1938). Instruções nº 21. Dispõe sobre a admissão dos alunos nos diversos cursos da Universidade no ano letivo de 1938. Diário Oficial da União, 01 abr. 1938. Seção 2, p. 12.
- Prefeitura do Distrito Federal. (1947). Resolução nº 12, de 31 de março de 1947. Baixa o Regimento do Instituto de Educação da Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1947.
- Brasil (1944). Processo nº 180/1944. Recurso interposto à Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais do Gabinete do Ministério da Educação por Circe Carvalho Pio Borges. Diário Oficial da União, 22 set. 1944. Seção I, p. 40. Disponível em: www.jusbrasil.com.br
- Revel, J. (1998). Jogos de escalas: a experiência da microanálise (Dora Rocha, trad.). Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Prefeitura do Distrito Federal. Secretaria de Administração. (1942). Instruções nº 5, de 19 de novembro de 1942. Jornal do Brasil, 20 nov. 1942. p. 8. Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional-RJ.
- Sirinelli, J. F. (1996). A geração. In: M. Ferreira, & J. Amado (Orgs.). Usos e abusos da história oral (p. 131-138). Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Soares, J. (2014). Dos professores 'estranhos' aos catedráticos: aspectos da construção da identidade profissional docente no Colégio Pedro II (1925-1945) (Tese de Doutorado). Departamento de Educação, PUC-Rio, Rio de Janeiro.
- Stone, L. (2011). Prosopografia (Gustavo Biscaia de Lacerda, trad.). Revista Sociologia e Política, 19(39), 1-18.
- Vidal, D. (2001). O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). Bragança Paulista, SD: Edusf.

- Vidal, D., & Carvalho, M. (2001). Mulheres e magistério primário: tensões, ambigüidades e deslocamentos. In: D. Vidal, & M. L. Hilsdorf (Orgs.). Tópicos em história da educação (p. 205-224). São Paulo, SP: Edusp.
- Villanova, C. Z. (2007). No mundo das normalistas: as representações da futura professora nas páginas das revistas Instituto e Normalista (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, UERJ.
- Villas Boas, M. V., Sarahyba, M. P., & Lima, A. R. (1994). Resgate da memória do Instituto de Educação/RJ de 1930-1970. [Rio de Janeiro, RJ]: Núcleo de Pesquisas em Educação Permanente/UFRJ.
- Xavier, L. (1999). O Brasil como laboratório: educação e ciências sociais no projeto dos Centros Brasileiros de Pesquisas Educacionais (1950-1960). Bragança Paulista, SP: Edusf.

Submetido em: 21/07/2015

Aprovado em: 23/11/2015

Este é um artigo de acesso aberto, distribuído sob os termos da licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos, em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.